

... Cadernos :: edição: 2004 - Nº 24 > Editorial > Índice > Resumo > Artigo

Formação do professor para a educação especial: história, legislação e competências

Maria Amelia Almeida

Este estudo, primeiramente, faz um breve histórico sobre formação de professores para Educação Especial no Brasil. Em seguida, apresenta e discute os principais aspectos da legislação brasileira sobre formação de professores para a Educação Especial. Finalmente, são apresentadas as competências que devem ser contempladas nos cursos de formação de professores para a Educação Especial no Brasil e as competências estabelecidas pelo CEC –USA (Conselho da Criança Excepcional – Estados Unidos) que têm servido como parâmetros para formação de professores para Educação Especial em vários países. O estudo conclui que um professor bem formado, principalmente com base nas competências apresentadas, estaria apto a atender qualquer criança, independente de sua cor, raça, cultura e tipo de deficiência que apresenta.

Palavras-chave: Formação de professores. histórico. legislação. competências.

Alguns dados históricos

Ao fazermos uma retrospectiva histórica sobre a formação de professores para a Educação Especial no Brasil vamos verificar que os primeiros cursos eram em nível médio, cuja carga horária variava muito uma vez que eram cursos intensivos que reuniam professores de vários estados. A história registra que tais cursos eram ministrados nos estabelecimentos Federais, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES-RJ) e Instituto Benjamim Constant (IBC-RJ) e por organizações não governamentais, e que segundo Gotti (2001) merece menção o Instituto Pestalozzi (BH/MG). Segundo Mazzotta (1992), Esse Instituto já realizava curso de férias para professores de “excepcionais” desde 1951.

No Estado de São Paulo, o primeiro curso regular de formação de professores para a Educação Especial, só aconteceu em 1955, quando o governo do Estado autorizou, por meio de um decreto, o funcionamento de um Curso de Especialização para o Ensino de Cegos no Instituto Caetano de Campos, na cidade de São Paulo.

No Estado do Paraná, o primeiro evento preocupado com a formação de recursos humanos para a Educação Especial que se tem notícias foi um Ciclo de Conferências realizado em novembro de 1961 em Curitiba que reuniu as mais eminentes autoridades multidisciplinares da área de Prevenção e Educação Especial, estando presentes Antonio Blanco Léfèvre (Neurologista da USP), Aydil Macedo de Queiroz (Psicóloga da PUC São Paulo), Jay Arruda Toledo Pizza (Orientadora Pedagógica do Serviço de Higiene Escolar de São Paulo), Olívia Pereira (especializada em Pedagogia Terapêutica) e Stanislav Krynski (Psiquiatra da PUC e USP de São Paulo). Depois desse evento alguns profissionais de Curitiba foram enviados para São Paulo para realizar Curso de Especialização em Deficiência Mental na PUC de São Paulo para, ao retornarem, darem início nos Serviços de Educação Especial no Estado do Paraná (ALMEIDA, 1998). Assim, inicia-se na década de 60 no Estado do Paraná os Cursos de Especialização em Educação Especial ministrados pela Secretaria de Educação.

Todos esses cursos formavam professores normalistas “especializados” e segundo Mazzotta (1992) na parte diversificada desses cursos, evidenciava-se a presença de duas tendências distintas: educacional e clínica ou médico-pedagógica. Ainda segundo Mazzotta (1992) a tendência educacional caracterizava os cursos de especialização para o ensino de Deficientes Visuais e Deficientes Auditivos, enquanto que a tendência médico-pedagógica caracterizava os cursos de especialização para deficientes físicos e mentais. Somente no final da década de 70, no Estado do Paraná, é que surgiram os Cursos de Estudos Adicionais para formação de professores para a Educação Especial e que adentraram a década de 80 chegando praticamente até ano 2000.

A formação em nível médio em todo Brasil foi elevada ao nível superior no final dos anos 60 e início dos anos 70, conforme parecer 295/69, CFE (GOTTI, 2001), que tinha por princípio a maior especialização exigida para essa modalidade de educação escolar. Assim sendo, no Estado de São Paulo, por meio da Deliberação 15/71, a partir de 1972 a formação para professores de Educação Especial que atuavam na rede regular de ensino passa a ser obrigatória em nível universitário, ou seja, Pedagogia com Habilitação em Educação Especial, que poderia ser numa área específica (DA, DM, DV ou DF) ou geral (OMOTE, 1988 e MAZZOTTA, 1992).

Porém em muitos outros estados, ainda prevalecia a formação em nível pós normal. No Estado do Paraná, por exemplo, com o amparo da Deliberação 020/86, a formação de professores para a Educação

Especial continuava por meio de Estudos Adicionais (ou Pós Normal), Especialização "Lato Sensu" e Habilitação na Pedagogia. A Especialização "Lato Sensu" teve início em 1984 na área de Deficiência Mental, na então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava (antiga FAFIG) ganhando força total em todo o Estado nos anos 90. Quanto a Habilitação em Educação Especial no curso de Pedagogia, aconteceu somente a partir de 1996 em duas universidades: UNICENTRO (Irati -Guarapuava) e UFPG (Ponta Grossa). Em Irati, a habilitação teve início em 1996 na área de Deficiência Mental. Em 2002, houve uma reestruturação no curso de Pedagogia e foram incluídas mais duas habilitações: Deficiência Auditiva e Deficiência Visual. A habilitação em Educação Especial na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) teve início em 1998. Também há registro que já foi oferecido no curso de Pedagogia da UNICENTRO em Guarapuava a Habilitação em Educação Inclusiva. (ZYCH, 2004)

Assim sendo, a formação de professores para a Educação Especial o Brasil, em 2001 apresentava o seguinte quadro:

1. Formação inicial em nível médio

- Professores normalistas habilitados em Educação Especial para determinadas áreas específicas, como DA, DM, DV, DF nos cursos de Estudos Adicionais;

- Professores normalistas habilitados em Educação Especial por meio de cursos de "especialização" promovidos pelas secretarias de Estado de Educação e Institutos de Educação (INES/RJ e IBC/RJ)

2. Formação Inicial em nível superior:

- Professores Habilitados em Educação Especial (para determinadas áreas específicas: DM, DA, DV, DF) nos cursos de Pedagogia\

- Professores licenciados somente em Educação Especial, que é o caso da Universidade Federal de Santa Maria (RS)

- Professores especializados em cursos de pós graduação (especialização "lato-sensu"), mestrado e doutorado (GOTTI, 2001)

3. Formação continuada

- Professores licenciados em qualquer área do conhecimento (Português, Matemática, etc) "especializados" por meio de cursos de aperfeiçoamento em Educação Especial;, promovidos por Instituições de Ensino Superior ou por Secretarias de Educação;

- Professores (geralmente com formação em magistério de nível médio) capacitados por meio de cursos de atualização promovidos por Instituições de Ensino Superior, Institutos de Educação, Secretarias de Educação.

- Professores (com formação de nível médio ou superior) atuando com alunos especiais sem nenhum curso específico na área de Educação Especial (GOTTI, 2001)

-

Legislação....

Com a publicação da LDB 9.394/96 e a preocupação com a Política de Inclusão Escolar, as questões relativas à formação de professores ficam alteradas. O inciso III do Art. 59 da LDB 9.394/96 se refere a dois tipos de professores para atuação com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais:

1. professores com especialização adequada em nível médio ou superior para o atendimento individualizado;

2. professores capacitados para viabilizar a integração/inclusão desses educandos em classes comuns.

No entanto a LDB não deixa claro nem a natureza, nem o conteúdo dessa especialização e nem se o curso deve ser mais específico para uma área ou mais generalista (BUENO, 1998; GOTTI, 2001, FERREIRA, no prelo). Em relação à formação de professores capacitados, segundo Ferreira (no prelo) o debate parte do princípio que as ações a serem desenvolvidas nas classes ou disciplinas do ensino regular na atual perspectiva da política de inclusão escolar requerem uma formação mais "geral" sobre a educação escolar de alunos com necessidades especiais. Em relação aos professores com especialização adequada, o debate recai sobre a formação de professores especialistas em Educação Especial.

O documento "Referenciais para Formação de Professores" (MEC, 1999) estabelece que: "O professor precisa ter condições de se desenvolver profissionalmente para assumir com autonomia o

comando de seu trabalho, pois só assim poderá oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento de seus alunos, atendendo as suas diferenças culturais, sociais e individuais” (p. 3) Tomando como base essa concepção, o objetivo da formação de professores segundo Freitas (no prelo) é a sua profissionalização por meio do desenvolvimento de competências de modo a permitir que no cumprimento de suas funções estejam contempladas as dimensões técnicas, sociais e políticas que são igualmente importantes e imprescindíveis ao desenvolvimento educacional brasileiro .

Freitas (no prelo), ao analisar criticamente a situação atual da formação de professores no Brasil, aponta para a necessidade de que o movimento de profissionalização esteja fundamentado na concepção de competência profissional. Porém, o desenvolvimento de competência exige metodologias pautadas na articulação teórico-prática, na resolução de situações-problema e na reflexão sobre a atuação profissional.

A Resolução nº 02 de 11 de setembro de 2001 recomenda a necessidade de trabalho pedagógico específico com as pessoas com necessidades especiais e considerando que cada curso deve ter o seu projeto político pedagógico pautado na Resolução do CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002, deve-se levar em conta que

I. a formação deverá garantir a constituição das competências objetivadas na educação básica;

II. o desenvolvimento das competências exige que a formação que contemple diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor;

III. a seleção dos conteúdos das áreas de ensino da educação básica deve orientar-se para ir além daquilo que os professores irão ensinar nas diferentes etapas da escolaridade;

IV. Os conteúdos a serem ensinados na escolaridade básica devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas;

V. A avaliação deve ter como finalidade a orientação do trabalho dos formadores, a autonomia dos futuros professores em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação dos profissionais com condições de iniciar carreira;

Parágrafo único: A aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações problema como uma das estratégias privilegiadas.

Competências: Que características deve ter um bom professor ?

Mas afinal, que competências são essas que estão indicadas nos itens I e II da resolução acima descrita ? O documento acima fala de: seleção de conteúdos e articulação com suas didáticas, avaliação com o objetivo norteador do trabalho, ação- reflexão, resolução de situações problema. Todas essas são competências importantíssimas para todo professor. Mas que outras competências um professor precisa, além dessas, para atuar na área de Educação Especial ? Gotti (2001), indica que professores especializados em áreas de Educação Especial devem estar preparados para exercer as seguintes competências:

I. Refletir sobre os determinantes filosóficos, políticos, pedagógicos, históricos e legais da Educação Especial;

II. Desenvolver práticas pedagógicas diversificadas, cooperativas, centradas na aprendizagem e nos níveis de desenvolvimento dos alunos;

III. Avaliar, continuamente, os processos de desenvolvimento e aprendizagem, afim de identificar necessidades educacionais especiais dos alunos visando seu atendimento;

IV. Implementar flexibilização/adaptações em qualquer dimensão curricular, demandadas pelas necessidades educacionais especiais dos alunos;

V. Realizar trabalho em equipe, atuando com familiares, professores do ensino regular, equipes de profissionais da comunidade envolvidos no atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais;

VI. Dar respostas educativas que permitam aos alunos desenvolver conceitos, habilidades, atitudes e valores nas áreas de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e em Ciências Humanas.

Mais recentemente, Hardman, Drew e Egan, (2005) descrevem os Padrões Curriculares para todos os professores que atuam em Educação Especial, estabelecidos pelo Conselho da Criança Excepcional - CEC- USA. Ao contrário das 7 competências acima estabelecidas para formação do professor brasileiro, o CEC (USA) estabeleceu uma série de competências para preparação de todos os professores que atuam na área de Educação Especial, veja a seguir. Essas competências têm sido usadas como base para a

na área de Educação Especial naquele país. Tais competências tem servido como parâmetros para formação de professores em várias partes do mundo. De acordo com o estabelecimento de tais competências, espera-se que todos os professores recém capacitados possam desenvolver um "arquivo" e nele ir "arquivando" as principais atividades relacionadas a cada uma das competências abaixo descritas. Esse arquivo funciona como uma espécie de "Currículo Vitae" e tem por objetivo evidenciar os conhecimentos e habilidades do professor em cada um dos dez domínios. Esse arquivo é muito importante para o professor na busca de emprego e também em caso de transferência, principalmente de um estado para outro.

As competências estabelecidas pelo CEC (citadas por HARDMAN, DREW E EGAN, 2005) estão abaixo descritas. Vale a pena salientar que nesta descrição procurei ser o mais fiel possível ao texto original. Gostaria de chamar a atenção que o CEC atualmente está utilizando a expressão "Necessidades Excepcionais de Aprendizagem" (NEA) ao invés de "Necessidades Educacionais Especiais", terminologia comumente utilizada aqui no Brasil. Assim, não é mais o indivíduo que é "excepcional" e sim a sua "necessidade de aprendizagem".

1. Fundamentação

Os professores especiais devem entender o campo da Educação Especial como uma disciplina que evolui e que se modifica com base em filosofias, princípios e teorias que por sua vez também estão baseados em evidências, leis e políticas relevantes, pontos de vista históricos e diversos, assuntos que influenciaram e que continuam influenciando o campo da Educação Especial e o campo da Educação Geral, bem como o tratamento de indivíduos com necessidades especiais tanto na escola quanto na sociedade. Os educadores especiais deverão entender como tudo isso pode influenciar a sua prática profissional incluindo avaliação, planejamento instrucional, implementação e avaliação de programas. É necessário também que os professores entendam como os assuntos sobre diversidade humana podem causar impacto na família, cultura, e escola e como esses assuntos humanos complexos podem interagir com os assuntos relacionados à prestação de serviços em Educação Especial. Os professores devem entender a relação entre a Educação Especial e a organização e funções da escola, bem como os sistemas escolares e outras agências. Esses conhecimentos devem ser utilizados pelos educadores especiais como uma base sobre a qual vão construir os entendimentos pessoais e filosóficos da Educação Especial.

2. Desenvolvimento e Características dos Aprendizes

Educadores Especiais tem que demonstrar respeito para com seus alunos como seres humanos únicos. Eles devem entender similaridades e diferenças no desenvolvimento humano e características entre indivíduos com e sem necessidades excepcionais de aprendizagem (NEA). Além disso, educadores especiais têm que entender como condições excepcionais podem interagir com os domínios do desenvolvimento humano e devem usar esse conhecimento para responder a uma variedade habilidades e comportamento dos indivíduos com NEA. Os educadores especiais precisam também entender o impacto que as experiências dos indivíduos com NEA podem causar nos seus familiares em termos habilidades para aprender, interagir socialmente, e viver como membros contribuintes da comunidade.

3. Diferenças Individuais de Aprendizagem

Os Educadores especiais entendem os efeitos que a condição excepcional pode exercer sobre o aprendizado do indivíduo na escola e ao longo de sua vida. Tem que ter em mente que as crenças, tradições e valores culturais podem afetar as relações entre estudantes, familiares e escolas da comunidade. Além do mais, os educadores especiais devem procurar entender como a primeira língua, cultura e background familiar interagem com as condições excepcionais dos indivíduos podem causar impacto nas habilidades sociais, atitudes, valores, interesses e opções de carreira dos indivíduos. O entendimento dessas diferenças de aprendizagem e suas possíveis interações, oferecem a fundamentação sobre a qual o educador especial vai individualizar a instrução para oferecer aos indivíduos com NEA um aprendizado desafiador e funcional.

4. Estratégias Instrucionais

Educadores Especiais possuem um repertório variado de estratégias instrucionais para individualizar instruções para indivíduos com NEA. Eles selecionam, adaptam e utilizam essas estratégias instrucionais para promover resultados em aprendizado positivo do currículo geral e especial e modificar, de forma apropriada, os ambientes de aprendizagem para indivíduos com NEA. Eles também podem melhorar a aprendizagem de pensamento crítico, resolução de problemas e desempenho de habilidades de indivíduos com NEA, aumentando a sua auto consciência, auto administração e auto estima. Além do mais, educadores especiais enfatizam o desenvolvimento, manutenção, e generalização do conhecimento nos vários ambientes e ao longo da vida.

5. Ambientes de Aprendizagem e Interações Sociais

Os educadores especiais criam ambientes de aprendizagem para indivíduos com NEA que favoreçam

entendimento cultural, segurança, bem estar emocional, interações sociais positivas, e envolvimento ativo com outros indivíduos. Além do mais, educadores especiais criam ambientes nos quais a diversidade é valorizada e os indivíduos são ensinados a viver harmoniosamente e produtivamente num mundo culturalmente diferente. Eles modelam ambientes para encorajar a independência, auto motivação, auto direção, empoderamento pessoal, auto advocacia de indivíduos com NEA. Além do mais, ajudam seus colegas da Educação Geral a integrar indivíduos com NEA em ambientes regulares envolvendo-os em atividades reais e interativas. Usam motivação direta e intervenções instrucionais com indivíduos com NEA para ensiná-los a responder efetivamente às expectativas atuais. Quando necessário, educadores especiais podem, de forma segura, intervir junto a indivíduos com NEA em situação de crise. Coordenam todos esses esforços e oferecem orientação e direção para outros educadores , voluntários, tutores.

6. Comunicação

Os educadores especiais entendem sobre desenvolvimento de linguagem atípico e não atípico e condições excepcionais que podem levar o indivíduo ao uso da linguagem. Usam estratégias individualizadas para aumentar o desenvolvimento da linguagem e para ensinar habilidades de comunicação a indivíduos com necessidade excepcionais de aprendizagem. Eles estão familiarizados com tecnologias assistivas e comunicação aumentativa e alternativa que dão suporte e aumentam a comunicação de indivíduos com necessidades excepcionais. Os educadores especiais associam seus métodos de comunicação à proficiência em linguagem do indivíduo bem como às diferenças culturais e lingüísticas. Eles oferecem modelos efetivos de linguagem e usam estratégias e fontes de comunicação para facilitar o entendimento de problemas de indivíduos com NEA cuja primeira língua não é o Inglês (no nosso caso, o Português)

7. Planejamento Instrucional

Planejamento Instrucional individualizado baseado em decisão de pais e profissionais, devem estar disponíveis nos centros que oferecem serviços em Educação Especial. Os educadores especiais desenvolvem um plano de Instrução individualizada a longo prazo ancorado em ambos, currículo especial e geral. Adicionalmente, os educadores especiais traduzem esses planos individualizados em objetivos de curto prazo cuidadosamente selecionados onde se leva em consideração as habilidades e necessidades dos indivíduos, e os múltiplos fatores culturais e lingüísticos. Os Planos de Instrução Individualizada enfatizam modelos específicos e se constitui num guia prático e eficiente que garante a aquisição e fluência da manutenção e generalização. O entendimento desses fatores, bem como as implicações das condições excepcionais do indivíduo orientam o educador especial a selecionar, adaptar, criar e usar variáveis instrucionais valiosas. Os planos instrucionais são utilizados para análise contínua do progresso da aprendizagem do indivíduo. Mais ainda, os educadores especiais ajudam na facilitação desse plano instrucional num contexto colaborativo, incluindo o indivíduo com NEA, sua família, os profissionais e pessoas de outras agências. Eles também desenvolvem uma variedade de planos individualizados de transição, tais como: transição do ambiente de ensino infantil para o ensino fundamental, e do ambiente do ensino médio para uma variedade de postos de trabalho e contextos de aprendizagem. Enfim, os educadores especiais se sentem capacitados para utilizar tecnologias apropriadas que dão suporte à instrução e planejamento individualizado.

8. Avaliação

A avaliação faz parte integrante das tomadas de decisão e da forma de ensinar dos educadores especiais. Eles utilizam informações múltiplas no processo de avaliação, que são utilizados para uma variedade de decisões educacionais. Os educadores especiais usam os resultados da avaliação para identificar as necessidades excepcionais de aprendizagem e para desenvolver e implementar programas de instrução individualizada. Eles também utilizam a avaliação para ajustar a instrução em resposta ao progresso contínuo da aprendizagem. Educadores especiais entendem que os princípios políticos e éticos de mensuração e avaliação estão relacionados a encaminhamento, instrução e colocação dos indivíduos com NEA, incluindo aqueles que provêm de backgrounds culturalmente e lingüisticamente diversificados. Educadores especiais entendem a teoria e a prática da mensuração, principalmente em relação a assuntos ligados a validade, fidedignidade, normas, vies e interpretação dos resultados. Além disso, educadores especiais entendem o uso apropriado e as limitações dos vários tipos de avaliação. Em colaboração com a família e outros colegas, os educadores especiais garantem a avaliação não enviesada e significativa. Eles conduzem avaliação formal e informal de comportamentos, aprendizagem, desempenho e ambientes com a finalidade de planejar experiências de aprendizagem que dêem suporte ao crescimento e desenvolvimento de indivíduos com NEA. Educadores especiais utilizam a informação da avaliação para identificar níveis de apoio e adaptações necessárias para que os indivíduos com NEA tenham acesso ao currículo geral e possam participar do sistema escolar geral e dos programas estaduais de avaliação. Educadores especiais acompanham (monitoram) regularmente o progresso dos alunos com NEA no currículo geral e especial e utilizam tecnologias apropriadas como suporte para o processo de avaliação.

9. Prática profissional e ética.

Educadores especiais são guiados pelos padrões de prática ética e profissional. Eles praticam

múltiplos papéis em situações complexas e com uma variedade de indivíduos com idade e nível de desenvolvimento diferenciados. Sua prática exige constante atenção aos assuntos legais e considerações éticas e profissionais. Os educadores especiais se envolvem em atividades profissionais e participam das ações da comunidade de modo a favorecer a aprendizagem de conteúdos que além de beneficiar os indivíduos com NEA e suas famílias, beneficiam também os seus colegas e seu próprio crescimento profissional. Eles se vêem como aprendizes por toda uma vida e estão sempre refletindo e ajustando suas práticas, além de estarem cientes de como suas atitudes, comportamentos e formas de comunicação podem influenciar suas práticas. Educadores especiais interagem e se mostram sensíveis aos muitos aspectos da diversidade de indivíduos com NEA e suas famílias. Eles planejam e se engajam em atividades que alimentam seu crescimento profissional e os mantêm praticando o que há de melhor. Educadores especiais conhecem seus próprios limites.

10. Colaboração

Educadores especiais, de forma eficaz e rotineira, colaboram culturalmente com as famílias, com outros educadores, com os prestadores de serviços relacionados, e pessoal das agências da comunidade. Essa colaboração assegura que as necessidades dos indivíduos com NEA sejam atendidas pela escola. Além do mais, educadores especiais abraçam seus papéis especiais como advogados de indivíduos com NEA. Educadores especiais promovem e defendem a aprendizagem e o bem estar de indivíduos com NEA através de uma variedade de ambientes e diferentes experiências de aprendizagem. Eles são vistos como especialistas por uma variedade de pessoas que procuram sua colaboração para incluir de forma eficaz e ensinar indivíduos com NEA. Além do mais, são vistos como fonte de informação para seus colegas na compreensão de leis e políticas relevantes para indivíduos com NEA. Eles usam essa colaboração para facilitar uma transição bem sucedida de indivíduos com NEA através de diferentes ambientes e serviços.

Ao analisar as competências que os professores especializados em áreas de Educação Especial devem apresentar para serem considerados "preparado" para exercer no Brasil, com as competências que os professores que atuam em Educação Especial em outro país devem apresentar, percebemos que há muitos pontos de convergência, muito embora seja exigido dos professores americanos competências adicionais. Porém, a diferença maior está no fato de que nos Estados Unidos os cursos de capacitação de professores estão totalmente comprometidos em formar o professor que vai atuar na área de Educação Especial a exercer todas essas competências, caso contrário, esse professor jamais receberá o certificado que está apto para atuar nessa área. Além dessas competências, existem as competências específicas para cada categoria das necessidades especiais. Nos Estados Unidos, por exemplo, para um professor assumir uma classe na área de Educação Especial (tanto na escola especial, quanto na escola da rede comum de ensino) ele precisa ter o diploma de Mestrado e a "certificação" para aquela área de atuação. Geralmente, quando o aluno conclui o Mestrado, ele sai com pelo menos uma "certificação", por exemplo, em "Deficiência Visual". Ao longo da carreira, é muito comum professores, por meio da educação continuada, voltarem para a universidade na busca de "certificação" em outras áreas.

Conclusão

Ao concluir este trabalho, seria interessante resgatar a fala de Ferreira (no prelo) que aponta que "as atuais propostas, assim como os cursos de formação existentes não estão dando conta da criação de espaços ou arenas de produções de sentidos que venham a ressignificar a relação com os alunos com competências diferenciadas. Os debates, conteúdos e práticas estão acontecendo em disciplinas ou atividades curriculares desconexas". Este fato é bastante preocupante. Isto nos mostra os cuidados que precisamos ter em mente quando falamos e nos propomos a "fazer formação de professores", pois esta não é uma tarefa fácil, principalmente para profissionais responsáveis e comprometidos com formação de professores de qualidade. Se olharmos com um pouco mais de atenção para as competências acima descritas, vamos ver que tudo isso se encaixa para qualquer professor. Todos os professores devem se preocupar com a aprendizagem e diferenças individuais de seus alunos; com suas estratégias instrucionais e seus ambientes de aprendizagem; com a melhor forma de comunicar com seus alunos; com a avaliação contínua, pois é nela que ele vai buscar o seu planejamento; com a prática profissional dentro de princípios éticos e estarem sempre disposto a colaborar... Portanto, se formarmos um professor com todas essas características, com certeza, ele terá uma atuação brilhante com todos alunos, seja ele deficiente ou não, de raça, cor ou cultura diferente ou que se utiliza de outras formas de comunicação.... Portanto, esta discussão não se esgota neste trabalho. É necessário que toda a comunidade educacional se una na busca de soluções que venham, finalmente, resolver a questão de formação de professores para a Educação Especial no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. A. A Educação Especial no Estado do Paraná: Revendo alguns aspectos de sua história. In: M.C. Marquesine, M. A Almeida, E. D. Tanaka, N.N. R. Mori e E. M. Shimazaki (Orgs) Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial (pp. xi – xiv). Londrina: EdUel, 1998.
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
BRASIL. Referenciais para a Formação de Professores. MEC, 1999.

Buono, J. C. S. Crianças com necessidades educativas especiais: política educacional e a formação do

dueno, J. G. S. *Changes com necessidades educativas especiais, politica educacional e a formação de professores: generalista ou especialista ?* Trabalho apresentado na 21 Reunião Anual da ANPEd. Caxambu, 1998.

FERREIRA, M. C. C.. *Formação de Professores*. In: E. G. Mendes, M. A. Almeida e L. C. A. Williams (Orgs). *Temas em Educação Especial: Tendências Atuais*. São Carlos: Edufscar, No prelo

FREITAS, S. N. *Formação de Professores: Interfaces entre educação e a educação especial*. In: E. G. Mendes, M. A. Almeida e L. C. A. Williams (Orgs). *Temas em Educação Especial: Tendências Atuais*. São Carlos: Edufscar, No prelo.

GOTTI, M. *O Ensino Superior: Políticas, propostas e demanda*. Anais do XX Congresso Nacional das APAEs, I fórum, Nacional das APAES: As Apaes e o novo milênio – Passaporte para a cidadania (pp. 247-270). Brasília: Federação nacional das Apaes, 2001.

HARDMAN, M. L., DREW, C. J. e EGAN, M. W.). *Human Exceptionality – School, Community and Family*. Boston: Allyn and Bacon, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S.. *Formação de Educadores e Pesquisadores em Educação Especial*. Trabalho apresentado na XV Reunião da ANPEd. Caxambu, 1992.

OMOTE, S. *Formação de professores especializados no ensino de deficientes*. In: Reunião anual de Psicologia, 18, 1988, ribeirão Preto. ANAIS... São Paulo, 1998.

ZYCH. A C. (2004) *Contato Pessoal*, 26/05/2004.

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

[Cadernos :: edição: 2004 - Nº 24](#) > [Editorial](#) > [Índice](#) > [Resumo](#) > **[Artigo](#)**